

LETRAMENTO E ATIVIDADES INSTRUMENTAIS DE VIDA DIÁRIA NA PERSPECTIVA DA AUTONOMIA

Daiane Rodrigues de Almeida

daianedo@gmail.com

Universidade Feevale – Novo Hamburgo, Brasil

Rosemari Lorenz Martins

rosel@feevale.br

Universidade Feevale – Novo Hamburgo, Brasil

Lisiane de Oliveira Menegotto

lisianeoliveira@feevale.br

Universidade Feevale – Novo Hamburgo, Brasil

Introdução

Inúmeras são as discussões acerca do termo letramento. Há teóricos que dividem o letramento em duas categorias: autônomo e ideológico. O letramento autônomo, segundo Tfouni (2010, p. 36), “é visto como causa, tendo como suporte a escolarização”. Suas consequências seriam o desenvolvimento econômico e habilidades cognitivas, como, por exemplo, flexibilidade para mudar de perspectiva. O modelo autônomo sugere que o letramento possibilita diferenciar as “funções lógicas” da

linguagem das funções interpessoais e também propõe que todas as aquisições citadas estariam intimamente ligadas com os poderes intrínsecos da escrita, entre os quais se encontrariam as possibilidades de separação entre o sujeito que conhece o objeto conhecido, as habilidades metacognitivas e a capacidade de descontextualização.

Street (2004) propõe o modelo ideológico. Esse modelo preconiza uma prática social baseada nos elementos sociais construídos, não se baseando nos modelos que utilizam a leitura e a escrita que, para ele, são atrelados a concepções de conhecimento. Em uma perspectiva ampliada, antes de construir uma soma de habilidades intelectuais, o letramento é uma prática cultural, que possibilita ao sujeito apoderar-se de seus conhecimentos e, a partir deles, participar efetivamente como indivíduo dos hábitos e costumes com os quais compactua.

As atividades instrumentais de vida diária (AIVD's) são habilidades pessoais para administrar o ambiente e incluem as seguintes ações: manusear dinheiro, usar o telefone, fazer compras e utilizar os meios de transporte (COSTA FILHO et al., 2018). A compreensão das regras sociais, que confere certo nível de autonomia, é um processo multifatorial e ocorre de forma distinta para cada indivíduo, considerando, além dos diferentes meios sociais, suas possibilidades cognitivas. Nesse sentido, as habilidades para realizar as atividades instrumentais diárias apresentam-se de formas distintas.

Neste ensaio, letramento é considerado como uma prática social e cultural e, ao considerar a importância da efetivação das práticas sociais de pessoas com déficit cognitivo, buscou-se discutir sobre a contribuição do nível de letramento para o uso e efetivação das AIVD's. Para tanto, optou-se pela revisão narrativa de literatura, de artigos científicos e livros nacionais e internacionais, de autores que abordam a temática proposta. A seleção do material ocorreu mediante os seguintes critérios de inclusão: artigos completos, artigos que abordassem a temática ampla do objeto do estudo, dissertações e teses completas e publicações no contexto brasileiro e internacional. A análise dos dados foi realizada de forma descritiva. Posteriormente, ocorreu a análise quanto aos tópicos abordados no corpo do trabalho, considerando os achados, as práticas desenvolvidas e a consistência dos estudos. A pesquisa bibliográfica, de acordo com Gil (2002, p. 45), "se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto". Nessa perspectiva, a questão principal desta pesquisa é: existe relação entre o nível de letramento e o uso das atividades instrumentais de vida diária da pessoa com deficiência intelectual?

Para responder a essa pergunta de pesquisa, primeiro, conceitualizam-se letramento e atividades instrumentais de vida diária (AIVD's) e, depois, são apresentados elementos que relacionam esses dois constructos.

Letramento

Desde 1940, houve, em países de língua Inglesa, tentativas de indicar o grau de “literacy” ou um mínimo de conhecimento em leitura e escrita que possibilitasse ao sujeito operar em espaços dominados por informações escritas. No Brasil, com a chegada de publicações inglesas, na década de 1980, ocorreu a adoção do termo “letramento” na língua portuguesa. Foi Kato quem utilizou, como citação, o termo letramento em produção brasileira pela primeira vez em 1986 (Kato, 1998).

A apropriação do sistema alfabético (leitura e escrita) é um ato contínuo, tendo início, normalmente, na infância, quando a criança passa a integrar o ambiente escolar. Esse processo não se esgota quando o sujeito alcança a alfabetização. Ao contrário, ele continua em contato com informações cada vez mais elaboradas. O novo leitor, sendo um ser social e com capacidade crítica, não deve ser inerte ao que lê, sendo necessário fazer uso de interpretação e do conhecimento dos fatos para interagir de forma efetiva com a informação lida (SOARES, 1998). Em outras palavras, o alfabetizado deve ser capaz de fazer uso da leitura e da escrita em diferentes situações e não apenas ser um exímio codificador/decodificador.

Para que se alcancem níveis elevados de letramento, dois aspectos básicos são necessários: eventos de letramento e práticas de letramento. Nesse sentido, para Soares (1998), o letramento não se refere ao estado de quem sabe ler ou escrever, mas de quem exerce práticas sociais de leitura e escrita que circulam na sociedade em que vive, conjugando-as com as práticas de interação oral. Assim, o uso do termo letramento não se limita à alfabetização, mas envolve habilidades para fazer uso dela. Para ser letrado, não basta saber ler e escrever (Soares, 1998).

As mudanças tecnológicas que hoje vivemos afetam diretamente o letramento, à medida que requerem do indivíduo diferentes estratégias para se adaptar às demandas que surgem. A natureza dinâmica do letramento suscita uma nova concepção do que significa ser letrado. O entendimento de que as práticas de letramento estão sempre, alocadas em contextos culturais tem sido tema recorrente de estudos (STREET, 2001; BAYNHAM, 2004). É claro que o letramento advindo da escola tem sua legitimação e, em razão disso, é visto como uma base para a avaliação do letramento social. Assim sendo, o que se propõe aqui é uma reflexão dirigida ao letramento que se refere ao uso dos instrumentos sociais, entendidos como ferramentas que possibilitam a inserção e o entendimento do funcionamento da vida em comunidade pelo sujeito bem como de conceitos relacionados, principalmente à forma imaginativa, de como essa relação é abordada quando pensada

no cotidiano daqueles que apresentam dificuldades para utilizá-los de maneira autônoma.

Pesquisadores, como Baynham (2004) e Szwed (2001), observam que uma rica variedade de práticas de letramento pode ser percebida em comunidades, sejam situadas em ambientes rurais ou urbanos. Sustentam a necessidade de tornar visíveis as práticas de letramento cotidianas em toda sua complexidade. Questão essa que passa a ser entendida como uma prática de ensino-aprendizagem mediada, em que a alfabetização por si só não pode resolver problemas que são inerentes à prática social.

Atividades Instrumentais de Vida Diária

Na literatura, muito se tem falado em atividades de vida diária (AVD's). Elas são uma condição de autonomia relacionada, mais especificamente, às questões motoras, como locomover-se ou alimentar-se (SILVEIRA, 2016). Pensando no impacto que o letramento traz para a vida do sujeito, busca-se uma aproximação com um conceito mais amplo, que faz refletir sobre o uso e o nível de autonomia que tal fenômeno traz para a vida do indivíduo. Nessa perspectiva, cabe pensar tais conquistas e realizações relacionadas às atividades instrumentais de vida diária (AIVD's).

Ser autônomo, mesmo que não em sua totalidade, está diretamente relacionado à maneira como o indivíduo desempenha as atividades instrumentais de vida diária (AIVD's) relacionadas a seu contexto social, tais atividades, estão relacionadas, sobretudo, à maneira como o sujeito dá conta de tarefas que permitem a manutenção de sua vida em comunidade, como realizar compras, utilizar o telefone, gerir assuntos econômicos (de acordo com a faixa etária) ou utilizar meios de transporte (IMAGINÁRIO et AL., 2017).

Apesar de a maioria das pesquisas que abordam o tema das AIVD's na literatura estarem direcionadas aos idosos (BORBA et al., 2016; FILHO, 2018), percebe-se grande relevância quando se pensa nesse constructo relacionado à pessoa com dificuldade intelectual. Nesse sentido, restrições quanto à efetivação das atividades sociais contribuem para a dependência e limitam o sujeito como um todo, contribuindo para a falta de estímulo e conseqüente diminuição do uso de suas capacidades cognitivas inclusive se pensarmos na população que possui alguma limitação intelectual.

Mello e Barbosa (2015) defendem que a manutenção de atividades no domínio mental permite o aumento da autonomia e promove melhor qualidade de vida. Referem ainda que a não implicação da pessoa

em tarefas cotidianas desestimula a atividade mental (MELLO; BARBOSA, 2015). Dados estes que corroboram para o fato de que a não implicação da pessoa com déficit cognitivo em tarefas da sociedade a conduz ao não reconhecimento ou a não formação da própria identidade, da autoestima, fatores que podem justificar uma maior dependência social. Sendo indicado pela literatura que existem fatores de ordem social que podem afetar o estado cognitivo (PEREIRA; RONCON; CARVALHO, 2011), em especial, a execução das AIVD's, por apresentarem complexidade mais elevada e parecerem, assim, promover estimulação mental, constituindo-se como fator de manutenção das funções cognitivas.

Ao analisarem o peso de atividades de vida diária para explicar o bom desempenho cognitivo, Imaginário et al. (2017) verificaram que a capacidade de realizar AIVD's tem maior peso como preditor da capacidade funcional. A realização das AIVD's favorece a execução das funções mentais, pois coloca o indivíduo frente a situações cuja resolução exige maior nível de conhecimento do funcionamento social (IMAGINÁRIO et al., 2017). Na mesma linha, Zimmermann et al. (2015) referem que restrições na realização de AIVD's contribuem para a diminuição das capacidades cognitivas. Por outro lado, estímulos intelectuais e sociais convergem para a manutenção das funções cognitivas.

Atividades Instrumentais de Vida Diária: implicações para o letramento

No Brasil, há um campo fértil quando se pensa em pesquisar sobre as atividades instrumentais de vida diária considerando públicos variados. Uma das características apontadas, em estudos como os de Farias-Antúnez et al. (2018) e Silveira (2016), para a dificuldade de realização de atividades instrumentais, é o baixo nível de escolaridade, o que também está associado à baixa capacidade funcional e ao baixo nível de letramento, tornando o sujeito total ou parcialmente dependente, o que afeta sua autonomia e qualidade de vida.

Lawton e Brody, em 1969, desenvolveram uma escala de AIVD's para realizar a avaliação do estado funcional de idosos e a relacionaram a capacidades mais adaptativas ou necessárias para a vida independente em sociedade, como fazer compras, telefonar, pegar um ônibus, desenvolver tarefas domésticas, fazer uma refeição ou cuidar do próprio dinheiro (LAWTON; BRODY, 1969). Tais tarefas são consideradas mais difíceis e complicadas que as AVD's. Esse instrumento de pesquisa é amplamente utilizado tanto na prática clínica quanto na pesquisa

relacionada às AIVD's (Graf, 2007). Entretanto, o termo “atividades instrumentais” não se restringe apenas aos idosos por referir à capacidade que todo indivíduo tem de desempenhar tarefas de seu cotidiano.

A capacidade funcional pode ser representada pelo uso dos instrumentos e pela capacidade de compreensão sobre si e sobre o ambiente. Nesse sentido, ser autônomo não significa não ser dependente ou ter liberdade absoluta, mas ter a capacidade de lidar com a rede de informações e instrumentos que compõe sua rede de dependências (CAMPOS; CAMPOS, 2012).

As atividades instrumentais de vida diária são capacidades conquistadas, individuais, contextualizadas, com características facilmente identificáveis e que podem ser mediadas. O uso dos instrumentos, porém, não constitui uma tarefa simples e pura. Conforme atestam estudos, como o de Borba et al. (2016), a habilidade de uso dos instrumentos é influenciada por aspectos socioculturais, emocionais e neuropsicológicos. Para tanto, é fundamental considerar os componentes que denotam autonomia.

Para avaliar a confiabilidade da escala de AIVD's, desenvolvida por Lawton e Brody, e torná-la aplicável no contexto brasileiro, foi realizado um estudo, por Lopes dos Santos e Virtuoso Junior (2008), com idosos de 60 a 89 anos. Os resultados sugerem que tal adaptação é satisfatória para a avaliação funcional, tendo sido validada, assim, a versão brasileira da escala de atividades instrumentais de vida diária.

Considerando esses fatores, a autonomia é um fator decisivo para a transformação da realidade do sujeito enquanto ser social. O processo de amadurecimento implica diversas aquisições e transformações físicas e cognitivas. Uma das consequências desse processo é a evolução da capacidade funcional. O nível de capacidade funcional é definido pela dificuldade do sujeito de executar tarefas básicas ou com maior complexidade de seu dia a dia, essenciais para uma vida independente (ALVES; LEITE; MACHADO, 2008). Na averiguação sobre as principais definições e formas de mensuração da incapacidade funcional, são analisadas as atividades de vida diária (AVD's) e também as atividades instrumentais de vida diária (AIVD's).

Nos estudos, em geral (FARÍAS-ANTÚNEZ et al., 2018), as AIVD's são fortemente associadas aos idosos. Poucos estudos (MACEDO et al., 2018; OLIVEIRA et al., 2018) relacionam-nas a outros públicos. Por esse motivo, uma discussão mais ampla sobre sua relação com o nível de letramento do sujeito fica moderadamente limitada. As pesquisas, normalmente, fazem uma associação entre a capacidade funcional e quedas. Entretanto, estudos, como o de Faría-Antúnez et al. (2018), apontam como uma das causas que relacionam dificuldade no uso das atividades instrumentais a menor escolaridade, que tem relação direta com a baixa capacidade de letramento dos sujeitos.

Quando se fala em letramento, ainda se percebe um grande desconhecimento do senso comum frente à adoção do conceito e frente à necessidade de entendimento de sua aplicabilidade no cotidiano. Nesse sentido, há uma correspondência entre letramento e uso dos instrumentos, além de haver relações lógicas como o fato de pesquisas (FARRÍA-ANTÚNEZ et al., 2018) apontarem a baixa escolaridade como uma das justificativas para a inabilidade com os instrumentos de vida diária.

Parece, desse modo, que pensar sobre a questão dos instrumentos de vida diária no contexto social requer, antes de mais nada, compreender o que são os instrumentos e os fenômenos que estão vinculados a esse constructo, como, por exemplo, o letramento, entendido como um fenômeno social e motivado, em alguns casos, pela mediação. Afinal, o que o mediador media e como ele media são consequências da compreensão que ele tem dos fenômenos sociais e do entorno que o envolve e no qual se incluem as pessoas com deficiência intelectual. Diferentes concepções de instrumentos e de letramento resultam em diferentes práticas. Por um lado, no letramento há um acordo no sentido de que o sujeito domine maior número de ferramentas de seu cotidiano, a fim de que interaja de modo autônomo em várias esferas sociais. No letramento, no que se refere à pessoa com deficiência intelectual, a intenção é que ela se aproprie do maior número de instrumentos que lhe sejam úteis para interagir com o mundo ou para fazer uso de determinadas práticas que lhe conferem certo grau de autonomia.

É importante salientar que a efetivação dessas práticas no contexto social vai depender das possibilidades e da mediação que cada pessoa recebe. Para uma pessoa, por exemplo, de desenvolvimento típico, o interesse pela leitura e pela escrita está orientado por propósitos bem específicos: escrever para outra pessoa, solicitar algo por escrito, solicitar seus direitos, fazer reclamações, ler uma conta a pagar, ler a Bíblia entre outros. Já para uma pessoa com deficiência intelectual, o ponto principal são as práticas que abrem possibilidades de interação social, incluindo tarefas básicas como fazer compras, pegar um transporte ou até mesmo fazer uma ligação telefônica. Para um público, com limitações cognitivas, as práticas de letramento que favorecem o entendimento de mundo mostram-se muito significativas e úteis, à medida que possibilitam a participação em acontecimentos sociais, funcionando como um recurso que eleva a autoestima, dadas as limitações cognitivas. Programas de letramento, nesse sentido, assumem um caráter transformador.

Entendendo-se que os instrumentos são os elementos estruturados da vida social, no letramento, a prática social pode servir como componente orientador para o uso dos instrumentos. A natureza dos signos coloca em questão: o uso dos instrumentos de vida diária pode

ser ensinados? Se pode, que sentido se deve atribuir à palavra mediação? Se a mediação for entendida como instrução, é evidente que não se pode ensinar o uso dos instrumentos. O que se media, nesse sentido, é sua dimensão social – as normas – e fazer isso é proporcionar uma visão do cotidiano. Esse modo de “mediar” com os instrumentos (práticas de letramento) e não para os instrumentos requer inserir o sujeito em uma verdadeira etnografia das práticas sociais. E, para que o uso dos instrumentos sociais tenha sentido na vida do sujeito, as práticas devem estar atreladas à vida cotidiana. A questão a ser respeitada é que cada indivíduo, único, tem sua própria vida diária.

Tendo como ponto de partida a prática social, a mediação visa auxiliar no entendimento da realidade e em demandas comunicativas de determinados grupos, a partir de ações coletivas. O ensinar e o aprender na mediação dos eventos de letramento efetivam-se por meio do trabalho com os instrumentos de vida diária, entendidos como situações da ação humana no mundo – em termos didáticos, o eixo organizador das demandas sociais relacionadas à leitura e à escrita.

Considerações Finais

Letramento e AIVD's são considerados conceitos distintos. Diante disso, este texto teve como foco principal apresentar elementos que demonstrem relação entre o nível de letramento e as capacidades instrumentais de vida diária, principalmente no que se refere à pessoa com deficiência intelectual. Possíveis relações podem e devem ser ampliadas para a população em geral, principalmente para aqueles com alguma limitação cognitiva. Infere-se que programas de intervenção que associem essas duas habilidades podem auxiliar no desenvolvimento desse público, contribuindo para a diminuição da dependência social, indendentemente da faixa etária e do nível cognitivo dos sujeitos.

Conclui-se que conceber o uso das AIVD's de pessoas com déficit cognitivo no meio social à partir do nível de letramento, é entender a inclusão e a diversidade social na contemporaneidade. Essa compreensão centra-se na reflexão da relação o que se observa entre os eventos de letramento e a execução de tarefas diárias, principalmente, no nível prático, que aponta para a necessidade de ampliar esse conceito para outros contextos. Nesse sentido, defende-se que trabalhar com as AIVD's no contexto do letramento exige compreender essa ideia conforme as variadas tendências teóricas, sua relação com a concepção de letramento e sua articulação com a deficiência intelectual. Além disso, o que permite a mediação ser compreendida nesse contexto são os eventos de letramento, ou talvez, melhor, os mecanismos que cons-

troem essa prática.

Nessa perspectiva, sugerem-se os eventos de letramento como prática que contextualiza a leitura e a escrita, possibilitando abordar as AIVD's não como *fim*, mas como *meio*. Isso corresponde, em outros termos, a ensinar com os instrumentos e não sobre os instrumentos, o que significa considerá-los como elemento organizador da ação de letrar.

Referências

Alves, L. C.; Leite, I. C.; Machado, C. J.(2008). Conceituando e mensurando a incapacidade funcional da população idosa: uma revisão de literatura. *Ciência e Saúde Coletiva*, 13(4), 1199-1207.

Baynham, M.(2004). Ethnographies of Literacy: Introduction. *Language and Education*, 18(4), 285-290.

Borba, M. G.; et al. (2016) Relación entre deterioro cognoscivo y actividades instrumentales de la vida diaria: Estudio SABE- Bogotá, Colombia. *Acta Neurológica Colombia*, 32(1), 27-34.

Campos, R. T. O.; Campos, G. W. S. (2012) Co-construção de autonomia: o sujeito em questão. In G. W. S. Campos et al. (Orgs.), *Tratado de Saúde coletiva* (pp. 669-688). Hucitec.

Costa Filho, A.M.; Manbrini, J.V.M; Malta, D.C.; Lima-Costa, M.F. & Peixoto, S.V. (2018). Contribution of chronic diseases to the prevalence of disability in basic and instrumental activities of daily in elderly Brazilians: The National Health Survey (2013). *Cadernos de Saúde Pública*, 34(1), Feb.

Farías-Antúnez, S. F. et al. (2018), Incapacidade Funcional para atividades básicas e instrumentais da vida diária: um estudo de base populacional com adultos idosos de Pelotas, Rio Grande do Sul, 2014. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, 27(2), 1-14.

Gil, A. C. (2002). *Como elaborar Projetos de Pesquisa*. Atlas.

Graf, C.(2007). The Lawton Instrumental Activities of Daily Living (IADL) Scale. *The American of journal Nursing*, 18(5), 315-316.

Imaginário, C.; et al. (2017). Atividades de vida diária como predito-

res do estado cognitivo em idosos institucionalizados. *Revista Portuguesa de Enfermagem de Saúde Mental*, nº. 18, pp. 37-43.

Kato, M. A. (1998). A busca da coesão e da coerência na escrita infantil. In M. A. Kato (Org), *A concepção da escrita pela criança* (pp. 193-206). Pontes.

Lawton, M. P.; Brody, E. M. (1969). Assessment of older peoples: self-maintaining and instrumental activities of daily living. *The gerontologist*, 9(3), 86-179.

Lopes dos Santos, R.; Virtuoso Junior, J. S. (2008). Confiabilidade da versão Brasileira da Escala de Atividades Instrumentais da vida Diária. *Revista Brasileira em Promoção da Saúde*, 21(4), 290-296.

Macedo, M. et al. (2018). Esquizofrenia, atividades instrumentais de vida diária e funções executivas: uma abordagem qualitativa. *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*, 26(2), 287-298.

Melo, D. M. L.; Barbosa, A. J. G. (2015). Use of the Mini-Mental State Examination in research on the elderly in Brazil: a systematic review. *Ciência & Saúde Coletiva*, 20(12), 3865-3876.

Oliveira, M. C. et al. (2018). Os instrumentos de avaliação de atividades dos membros superiores contemplam as tarefas mais realizadas em domicílio por pessoas com Hemiparesia? *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*, 26(4), 809-827.

Pereira, M. G.; Roncon, J.; Carvalho, H. (2011). Aspectos psicológicos e familiares do envelhecimento. In Z. Azeredo, *O idoso como um todo* (pp. 101-130). PsicoSoma.

Silveira, J. R. (2016). *Capacidade Funcional, Atividade de Vida Diária, Atividade Física, Estilo de vida e deteriorização cognitiva de pessoas com Síndrome de Down maiores de 20 anos* [Dissertação de Mestrado não publicada]. Universidade Federal de Pelotas, Brasil.

Soares, M. B. (1998). O que é letramento e alfabetização. In: M. B. Soares, *Letramento, um tema em três gêneros* (pp. 27-60). Editora Autêntica.

Street, B. V. (2004). *The new literacy studies, guest editorial*. University of Sussex.

Street, B. V. (2001) (ORG.). *Literacy and development: ethnographic*

perspectives. Routledge.

Szwed, J. F. (2001). The Ethnography of literacy. In E. Cushman; et Al. (Eds.), *Literacy: a critical soucebook* (pp. 421-429). Bedford.

Tfouni, L. V. (2010). *Letramento e Alfabetização*. Cortez.

Zimmermann, I. M.; et al. (2015). Fatores associados ao comprometimento cognitivo em idosos institucionalizados: revisão integrativa. *Revista de Enfermagem*, 9(12), 1320-1328.